

Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina

PLANO DE GOVERNO

2019-2022

 **13**
Décio Lima
GOVERNADOR
VICE **KIKO OLIVEIRA**



Sumário

Apresentação	4
Nosso momento histórico	4
O propósito do nosso Plano de Governo.....	6
Os cinco eixos do Plano de Governo	6
1. Investimento e inovação para geração de trabalho, emprego e renda.....	6
2. Desenvolvimento urbano e regional sustentável	6
3. Expansão dos serviços públicos e fortalecimento do pacto federativo	6
4. Melhoria da qualidade de vida nas cidades, no meio rural e na orla marítima	7
5. Gestão democrática e promoção de valores republicanos	7
Planos, programas e ações de governo (por eixo):.....	7
1. Investimentos e inovação para geração de trabalho, emprego e renda	7
Tributação justa e menos burocracia	7
Acesso ao crédito	7
Inovação, com ciência e tecnologias.....	8
Apoio à indústria	8
Apoio à agricultura.....	9
Apoio à aquicultura e pesca	10
Apoio ao setor do turismo	11
Mais energias limpas renováveis.....	12
Apoio ao cooperativismo catarinense.....	12
2. Desenvolvimento urbano e regional sustentável	12
Aperfeiçoar a gestão e otimizar os investimentos públicos	12
Investir em mobilidade e infraestrutura	13
Investir em planejamento urbano e habitação	13
Investir em energia, comunicação e meio ambiente	14
Promover a diversidade cultural e o turismo regional	14
3. Expansão das políticas públicas e fortalecimento do pacto federativo	15
Políticas públicas para a segurança	15
Políticas públicas para a educação	16
Políticas públicas para a saúde	18
Políticas públicas para a Assistência Social	19
Políticas públicas para as mulheres	20
Políticas públicas para a comunidade LGBT	20
Políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial	21
Políticas públicas para os povos indígenas.....	23

Políticas públicas para a juventude	23
Políticas públicas para a cultura	24
Políticas públicas para o esporte	25
Políticas públicas para o meio ambiente e as mudanças climáticas	25
4. Melhoria da qualidade de vida nas cidades, no meio rural e na orla marítima	26
5. Gestão democrática e promoção de valores republicanos	27

Apresentação

Este **Plano de Governo do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina – PT SC** - para as eleições de 2018 é o resultado de um processo de construção coletiva, por meio de conferências, debates regionais, pesquisas e contribuições de especialistas em diferentes áreas, de militantes políticos e de lideranças dos movimentos sociais. No entanto, novas contribuições serão sempre bem vindas!

Em função das características culturais, sociais, econômicas e políticas do nosso estado foram elaboradas algumas perguntas, como por exemplo: que novas formas de governança e gestão poderiam aproximar o governo do povo catarinense? Como o Estado pode incentivar alternativas de modelo de desenvolvimento regional sustentável e novas tecnologias para produzir riquezas, gerar empregos, distribuir renda e proteger o meio ambiente? Como podemos alcançar um desenvolvimento mais equitativo para todos os catarinenses? Como proporcionar políticas públicas – segurança, educação, saúde, etc - de qualidade para todos os catarinenses? Qual é o papel do Estado em relação à infraestrutura (rodovias, ferrovias e mobilidade urbana), a energia, ao saneamento e outros temas? O que dizer da arrecadação e dos incentivos fiscais em Santa Catarina? Quais as prioridades de investimentos públicos e privados? Como valorizar as culturas regionais e combater a discriminação e os preconceitos?

Neste sentido, organizamos o Plano de Governo subdividido em três partes: a primeira contextualiza o momento histórico em que vivemos no estado e no país, a segunda apresenta o propósito maior e os cinco eixos estratégicos para um novo ciclo de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, enquanto que a terceira relaciona os principais planos, programas e ações que fazem parte de cada um dos cinco eixos gerais.

Nosso momento histórico

A população de Santa Catarina chegou a 7.001.161 milhões, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que representa 3% da população brasileira, e o nosso Produto Interno Bruto – PIB – é o 6º maior do país. De 2002 a 2016, o crescimento do PIB estadual foi de 37,6%, com uma média de crescimento de 2,13% contra 2,51% do Brasil. Ou seja, no comparativo, SC teve um crescimento abaixo do nacional. No entanto, ainda temos o terceiro melhor IDH do país: em 1991 era de 0,5, no ano 2000 subiu para 0,6, e em 2010, para 0,7.

Por outro lado, entre 2014 e 2017, Santa Catarina foi o estado onde o desemprego mais cresceu (170,2%), passando de 100 mil para 270 mil pessoas desocupadas. Esse aumento foi motivado pelo fechamento de postos de trabalho, principalmente na construção civil (-3,8%), na indústria (-2%) e nos serviços (-0,6%). A taxa de subutilização da força de trabalho em Santa Catarina é de 10,8% (primeiro trimestre de 2018). É importante destacar que no último trimestre de 2014 era de 5,4%, ou seja, o desemprego dobrou em Santa Catarina neste período recente e 13 mil catarinenses deixaram de ser empreendedores. Hoje,

segundo dados do IBGE, 420 mil catarinenses estão desempregados e subutilizados por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial.

A agricultura e o meio rural e pesqueiro se constituem nos principais pilares do desenvolvimento de Santa Catarina, pela presença marcante da agricultura familiar (exemplo para o Brasil), com mais de 160 mil estabelecimentos familiares no meio rural e com uma distribuição mais equilibrada da população. A diversidade socioeconômica e cultural também é uma das nossas características, mas estamos enfrentando enormes dificuldades em função das políticas equivocadas dos governos estadual e federal. Precisamos ampliar a diversificação produtiva na agricultura, garantir a sucessão na agricultura familiar (manutenção de tecido social no meio rural), melhorar a infraestrutura no meio rural (energia trifásica, internet, estradas rurais), enfrentar a desigualdade regional – investir em regiões empobrecidas, ampliar a agregação de valor dos produtos da agricultura familiar e da maricultura e melhorar a qualidade dos alimentos e da nossa relação com meio ambiente.

As atividades do turismo histórico, de eventos, de lazer e de aventura também são grandes fontes geradoras de trabalho, emprego e renda para milhares de famílias catarinenses, no entanto, as verbas do fundo de turismo do Estado precisam ser aumentadas e melhor repartidas, pois atualmente 68% está sendo aplicada apenas nos municípios de Florianópolis e Balneário Camboriú.

Os nossos governos mostraram que é possível crescer, gerar emprego e distribuir renda, mantendo a inflação baixa e reduzindo o endividamento público. No entanto, a partir de 2015, durante a era Eduardo Cunha como presidente da Câmara dos Deputados e, principalmente, com o governo Temer (que contou com o apoio da conhecida Tríplice Aliança de Santa Catarina, hoje representada pelos partidos PSDB, MDB, DEM, PP e PSD), grande parte da população foi sacrificada. As políticas equivocadas aprofundaram a crise em todos os setores, assim como o sofrimento da população catarinense e brasileira devido ao desemprego massivo e a volta pobreza, da fome, ressurgimento de doenças, entre outras mazelas nacionais.

Por isso, afirmamos que as medidas do atual governo federal são ilegítimas e precisam ser revogadas com urgência, em especial o corte dos investimentos sociais por 20 anos, a reforma trabalhista, a terceirização generalizada do trabalho, a política de privatizações, a venda das nossas empresas estatais, o desmonte do Pré-Sal, entre outras.

Além das ações estaduais, o nosso governo pretende contribuir para resgatar esses direitos, as conquistas sociais e reestabelecer um pacto pela soberania nacional. Queremos implementar uma nova agenda de desenvolvimento e inovação para o país e o estado de Santa Catarina, que seja capaz de criar novas oportunidades de emprego, com elevação da renda e ampliação do crédito. Também vamos investir em políticas públicas, com total apoio à economia social e solidária, com ações focadas nas mulheres, na juventude e na parcela

significativa da população que foi atingida por medidas políticas discriminatórias e de exclusão social. Queremos aprofundar e consolidar a democracia participativa, transformando Santa Catarina em um território livre da violência e de todo o tipo de intolerância e preconceito.

O propósito do nosso Plano de Governo

Queremos **retomar o desenvolvimento regional, com sustentabilidade, justiça e participação social no Estado de Santa Catarina**. O nosso governo irá assumir o papel de indutor e de facilitador do desenvolvimento sustentável, por meio do planejamento e da gestão estratégica para realizar grandes investimentos e coordenar ações de inovação para a geração de trabalho, emprego e renda no meio rural e nas cidades. Vamos cuidar das pessoas e fortalecer as funções do Estado, principalmente com políticas públicas para a segurança, a saúde, a educação, a assistência social, as mulheres, a igualdade racial, os povos indígenas, a comunidade LGBT, a juventude, o turismo, a cultura, o esporte e o meio ambiente. Também vamos fortalecer o pacto federativo com a União e com outros estados brasileiros, e promover os valores democráticos e republicanos, com diálogo e respeito às instituições e criar espaços de participação cidadã para a fiscalização do governo e das ações do Estado.

Os cinco eixos do Plano de Governo

1. Investimento e inovação para geração de trabalho, emprego e renda

Propostas para investir na inovação da produção, agregar valor aos produtos e fortalecer as cadeias produtivas regionais/locais. Melhorar a capacidade de investimento do Estado e buscar fontes de recursos externos para o desenvolvimento sustentável da indústria, da agroindústria, da agricultura familiar, do turismo e dos demais setores produtivos.

2. Desenvolvimento urbano e regional sustentável

Propostas para fomentar a cooperação entre os governos estadual e federal com os municípios e no sentido de melhorar a qualidade de vida nas cidades, na intermodalidade do transporte (de pessoas e de cargas) e reduzir as desigualdades regionais de Santa Catarina. Vamos apoiar a indústria, a agricultura, a pecuária, a pesca, o turismo, a cultura, os serviços urbanos e as demais áreas de produção de cada região/território, e valorizar as suas riquezas ambientais e singularidades culturais.

3. Expansão dos serviços públicos e fortalecimento do pacto federativo

Propostas para expandir os serviços públicos para a população, por meio de políticas transversais para as seguintes áreas: 1) segurança, 2) saúde, 3) educação, 4) assistência social, 5) mulheres, 6) igualdade racial, 7) povos indígenas, 8) LGBT, 9) juventude 10) cultura, 11) esportes e 12) meio ambiente e mudanças climáticas. Vamos melhorar a nossa autoestima, defender a memória, as riquezas naturais, o

patrimônio público e os empreendimentos catarinenses, além de manter um diálogo justo com os municípios, com o governo federal e com outros países.

4. Melhoria da qualidade de vida nas cidades, no meio rural e na orla marítima

Propostas para promover as políticas públicas transversais e incentivar o uso e o cuidado coletivo das nossas reservas naturais, dos nossos hábitos alimentares, das nossas práticas de consumo, da produção de alimentos, dos produtos e dos diferentes saberes e fazeres regionais.

5. Gestão democrática e promoção de valores republicanos

Propostas para melhorar a qualidade da gestão, inovar na participação - digital e presencial - e na transparência das informações sobre os serviços públicos. Vamos comunicar a sociedade sobre os processos e os resultados de planejamento, execução e gestão, além de estabelecer novas relações que valorizem as servidoras e os servidores públicos.

Planos, programas e ações de governo (por eixo):

1. Investimentos e inovação para geração de trabalho, emprego e renda

Tributação justa e menos burocracia

- Desenvolver um processo consistente de melhoria da arrecadação tributária e de qualificação do gasto público, combatendo o desperdício e também os privilégios;
- Reduzir os custos de investimento e produção, estimulando a capacidade de inovação, reduzindo os custos logísticos e melhorando o ambiente de negócios no estado de Santa Catarina;
- Elaborar programas seletivos de desoneração tributária em áreas estratégicas, buscando fortalecer a expansão do sistema produtivo;
- Incentivar o empreendedorismo ao reduzir drasticamente a burocracia, que impõe um alto custo para as empresas.

Acesso ao crédito

- Transformar o BADESC no "Banco do Povo", um banco de fomento e de crédito do Estado para instituir programas de incentivo para os pequenos e médios produtores urbanos e rurais, e estabelecer parcerias para fortalecer o cooperativismo de crédito existente em nosso estado;

- Criar linhas de crédito no “Banco do Povo” e no BRDE para financiar os investimentos empresariais em inovação tecnológica e para fortalecer a indústria, o turismo, a agricultura familiar e camponesa, a pesca e a maricultura;
- Gerar mais e melhores empregos, por meio da expansão do investimento público e do estímulo ao investimento privado nos setores com maior potencial de criação de novos postos de trabalho, emprego e renda.

Inovação, com ciência e tecnologias

- Cumprir o dispositivo constitucional de aplicar 2% do orçamento do estado em Ciência & Tecnologia;
- Revogar o Decreto Estadual nº 1.215, de 05 de julho de 2017, a Portaria nº 251/SEF de 18/07/2017 e o art. 63º da LDO/2019 que desvincula (30%) receita da ciência e tecnologia;
- Criar Polos Tecnológicos Regionais em parceria com as universidades para promover o desenvolvimento econômico a partir de empreendimentos já existentes e criar Fundos Setoriais de longo prazo, especialmente para financiar a infraestrutura necessária para o surgimento de empresas emergentes (*startups*);
- Elaborar programa para agregar valor aos produtos e serviços catarinenses e contribuir com a inovação tecnológica das empresas que geram trabalho, emprego e renda;
- Incentivar à inovação tecnológica da indústria, em conjunto com um vigoroso suporte ao pequeno e médio empreendedor.

Apoio à indústria

- Propor e pactuar uma Nova Convenção para a retomada da confiança do empresariado catarinense;
- Oferecer competitividade às indústrias catarinenses, bem como fazer um ajuste fino na política tributária para proteger os produtos catarinenses, em conjunto aos demais setores produtivos;
- Implantar um “Plano Estratégico de Ampliação das Exportações Catarinenses”, nos primeiros 60 dias de governo, elaborado em conjunto com os setores produtivos;
- Garantir investimentos para melhoria da infraestrutura e logística de transporte logística, assim como melhorar a transmissão e distribuição de energia elétrica e ampliar a cobertura de banda larga;
- Apoiar a modernização de parque industrial para assegurar o aumento da produtividade e da competitividade da nossa economia, fundamental para uma inserção ativa dos produtos catarinenses no cenário nacional e internacional.

Apoio à agricultura

- Ampliar a prospecção de novos mercados e fortalecer o comércio estadual, nacional e internacional da produção agrícola e agroindustrial catarinense;
- Elaborar um Plano Estadual de Transportes para interligar o escoamento da produção catarinense por estradas, aeroportos, portos e ferrovias, bem como possibilitar a chegada de insumos fundamentais para a agroindústria catarinense, como é o caso do milho;
- Criar o programa Prove Santa Catarina de apoio a agroindústria familiar de pequena escala com produção diferenciada agregando valor e valorizando a produção tradicional catarinense;
- Valorizar e resgatar a produção tradicional dos produtos típicos regionais (queijo serrano, linguiça Blumenau, salame colonial, erva mate do Planalto Norte, entre outros), apoiando sua produção e viabilizando a inserção dos mesmos em canais de comercialização locais e regionais;
- Manutenção do status sanitário da produção animal do estado para garantir acesso aos mercados internacionais, principalmente pelo fortalecendo e melhoria da estrutura física e de pessoal da Cidasc;
- Aprovar legislação para o tratamento simplificado para as agroindústrias familiares no que se refere à inspeção e vigilância sanitária, enquadramento para as licenças ambientais, ICMS diferenciado conforme legislação do microempreendedor primário, apoio à comercialização dos produtos, assistência técnica e extensão;
- Garantir e ampliar os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar;
- Ampliar a compra de alimentos agroecológicos produzidos pela agricultura familiar, camponesa e pesca através do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE ampliando os recursos destinados a este fim;
- Direcionar esforços da pesquisa, assistência técnica e extensão rural da Epagri, para estruturar e implementar um amplo programa de apoio à produção orgânica e agroecológica, visando a melhoria das condições socioeconômicas do agricultor, a preservação ambiental e a produção de alimentos saudáveis para toda a sociedade;
- Incentivar a produção de frutas (maçãs, bananas, frutas de caroço e uvas, por exemplo) e hortaliças (cebola, alho, tomate, folhosas, entre outras), visando diversificar a produção agrícola estadual com culturas de alta densidade econômica;
- Facilitar o acesso dos agricultores familiares catarinenses aos mercados de frutas e hortaliças, articulando as estruturas e os serviços da Ceasa-SC (unidades de São José, Tubarão, Blumenau, Joinville e Chapecó), contribuindo para o fortalecimento da organização econômica cooperada, ganho de escala e aumento da renda rural;
- Utilizar os mecanismos previstos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para adquirir alimentos da agricultura catarinense, em parcerias com as cooperativas

e organizações da agricultura familiar, economia solidária e reforma agrária, para abastecer hospitais, penitenciárias, presídios e entidades de assistência social;

- Apoiar e fomentar a organização dos agricultores para a venda de alimentos aos órgãos federais implantados em Santa Catarina (Exército, Marinha, Aeronáutica, universidades, etc.), principalmente por meio da atuação da Epagri;
- Realizar parcerias com as cooperativas e associações para estruturar centrais de distribuição de alimentos da agricultura familiar e incentivar o consumo de produtos regionais saudáveis;
- Criar um cronograma de eventos e feiras agroecológicas, com certificação, para divulgar marcas e fazer propaganda dos produtos da agricultura catarinense;
 - Desenvolver políticas públicas que promovam a permanência dos jovens no meio rural e preparem os filhos de agricultores para lidarem com as mudanças no modo de vida, superarem obstáculos e resistir à pressão de situações adversas;
 - Garantir incentivos à produção e à comercialização da agricultura dos povos quilombolas e indígenas;
- Melhorar e ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural, aumentando o número de extensionistas atuando a campo e garantindo um atendimento efetivo e de qualidade aos agricultores;
- Estruturar os centros de pesquisa da Epagri, garantindo a geração de conhecimento para o desenvolvimento da agricultura catarinense, e transformar o Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (CEPAF) de Chapecó, em um Centro de Referência Nacional de Pesquisa e Conhecimento para a Agricultura Familiar e Agroecologia, em parceria com as universidades regionais e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS);
- Garantir a participação das organizações de agricultores na formulação e implantação de políticas públicas, como os programas e ações de apoio à agricultura familiar, além de fortalecer e atualizar as representações no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e no Conselho Estadual do Pronaf;
- Garantir que a gestão das estruturas públicas da área de agricultura (secretaria, Epagri, Cidasc e Ceasa) seja pautada no diálogo com a sociedade e com os profissionais dessas entidades;
 - Implementar uma política estadual de desenvolvimento e expansão da apicultura catarinense, garantindo a adequada exploração do potencial apícola do estado.

Apoio à aquicultura e pesca

- Propor legislação que garanta tratamento simplificado para as indústrias da pesca e aquicultura no que se refere à inspeção e vigilância sanitária, enquadramento para as licenças ambientais, ICMS diferenciado conforme legislação do microempreendedor primário e apoio à comercialização dos produtos;

- Fortalecer e estruturar os serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, direcionados aos pescadores artesanais e aquicultores familiares;
- Estimular e criar mecanismos de apoio à inclusão do pescado nas compras realizadas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para abastecer escolas, hospitais, penitenciárias, presídios e entidades de assistencial social;
- Implantar um Polo Tecnológico da Pesca e Aquicultura, em parceria com universidades e outras instituições de pesquisa, voltado ao desenvolvimento de tecnologias adequadas para o setor pesqueiro;
- Divulgar os produtos da pesca e da aquicultura catarinense e estimular o aumento do consumo de pescados e de produtos do mar nos mercados regionais de Santa Catarina;
- Reconhecer e valorizar as culturas tradicionais, os pescadores artesanais e de subsistência, assegurando os seus direitos e viabilizando o acesso ao crédito para a produção.

Apoio ao setor do turismo

- Reconhecer o turismo cultural, de lazer, histórico, de aventura, de eventos etc. como fundamentais para a formação de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável de Santa Catarina, por sua alta capacidade de geração de empregos, divisas e de incentivo ao desenvolvimento regional;
- Criar uma agenda turística que reconheça a diversidade cultural, de destinos e de produtos catarinenses, como forma de enfrentar a sazonalidade do setor;
- Elaborar políticas públicas para apoiar as iniciativas da área do turismo que reconheçam e promovam a diversidade geográfica, climática e cultural de Santa Catarina;
- Descentralizar as verbas do fundo de turismo do Estado, que hoje destina 68% dos recursos para área se concentra em Florianópolis e Balneário Camboriú;
- Criar políticas públicas que reconheçam e envolvam diversos setores públicos e privados, como: hotéis, estabelecimentos de alimentos e bebidas, transportes, combustíveis, produção cultural, comércio, veículos de comunicação, serviços financeiros, agricultura regional, serviços gerais e universidades;
- Criar um plano de investimento, pactuado com os municípios, para o desenvolvimento de roteiros turísticos regionais, sejam de praia (orla), culturais, de parques temáticos, de regiões históricas, de natureza e de eventos;
- Criar carta de incentivos ao desenvolvimento de empreendimentos turísticos, compatíveis com a vocação turística da região negociada com os municípios pertencentes aos destinos indutores;

- Articular parcerias público privadas (PPP) para valorizar os empreendimentos turísticos catarinenses;
- Fomentar as atividades turísticas rurais (ex: acolhida na colônia, casa familiar rural, pousadas etc).

Mais energias limpas renováveis

- Investir na produção de energias renováveis por meio de alternativas como: pequenas centrais hidrelétricas, eólicas, solar e de biomassa;
- Incentivar o uso de tecnologias limpas, por meio de financiamento e desoneração da aquisição de equipamentos, que contribuam para a redução da poluição.

Apoio ao cooperativismo catarinense

- Promover e investir no cooperativismo de produção, de crédito e de serviços em parceria com a Ocesc, Unicafe, Fecoagro e organizações sociais da reforma agrária, como elementos centrais do “modelo de cooperativismo catarinense”;
- Implantar o Programa Estadual de Cooperativismo para apoiar e fortalecer as organizações, com foco em assessoria técnica nas áreas de gestão e administração, para a melhoria da produção e o acesso aos mercados.

2. Desenvolvimento urbano e regional sustentável

Aperfeiçoar a gestão e otimizar os investimentos públicos

- Promover políticas de integração para diminuir as desigualdades regionais, realizando a justiça social e manter o equilíbrio ambiental;
- Extinguir as ADRs, fortalecer as Associações de Municípios e criar instâncias regionais de participação cidadã;
- Fortalecer as 21 regiões do estado por meio do incentivo aos consórcios interfederativos (intermunicipais e com o Estado de SC);
- Ampliar os convênios com os municípios e suas respectivas associações, visando aumentar a transferência de recursos nas ações municipais;
- Fortalecer a Fapesc, a Ciasc, a Epagri, a Cidasc, a Casan e a Udesc, entre outras organizações públicas, como órgãos articulados ao novo plano de desenvolvimento estratégico e regionalizado de Santa Catarina;
- Criar a SCPC - Sociedade Catarinense para o Progresso da Ciência, um observatório autônomo de pesquisa e monitoramento, em convênios com as universidades públicas e privadas, que seja capaz de elaborar projetos e planos para incentivar os processos produtivos locais e regionais;
- Viabilizar a participação do BRDE em projetos de infraestrutura rural e urbana.

Investir em mobilidade e infraestrutura

- Elaborar Planos Regionais Integrados, com destaque para os problemas de mobilidade nos municípios da faixa litorânea;
- Interligar os portos e aeroportos, por meio da ampliação e recuperação das rodovias, das ciclovias e dos acessos aos eixos rodoviários;
- Retomar o plano nacional de ferrovias e elaborar projetos para Veículos Leves sobre Trilhos (VLT);
- Viabilizar, junto ao governo federal, as ferrovias Leste-Oeste e Litorâneas (Norte-Sul);
- Concluir todas as obras rodoviárias que se encontram em andamento;
- Implantar política pública de financiamento e investimento em infraestrutura de transporte de pessoas e de cargas para os municípios, considerando as suas singularidades locais/regionais;
- Articular uma reedição do PAC Máquinas com o Governo Federal e formar parcerias com os municípios para melhorar as estradas rurais e garantir a manutenção das máquinas por meio de consórcios e outras formas associativas;
- Priorizar as obras rodoviárias definidas pelas comunidades durante as audiências pública regionais do Orçamento Regionalizado;
- Elaborar políticas públicas para o aproveitamento do potencial náutico de Santa Catarina, com prioridade para a mobilidade urbana e acesso às marinas, ancoradouros e terminais marítimos;
- Criar e apoiar os municípios na criação de mecanismos para fomentar o uso de bicicletas e formas não motorizadas, conectados aos demais modais de transporte;
- Criar o programa Cidades Digitais, com parcerias público-privado, para proporcionar acesso livre à internet de boa qualidade e melhorar a comunicação (telefonia, televisão e internet) no meio rural.

Investir em planejamento urbano e habitação

- Apoiar a implantação do Estatuto da Cidade como forma de viabilizar o desenvolvimento econômico e social harmônico;
- Elaborar Planos Metropolitanos, em consonância aos Planos Diretores Municipais, com o propósito de orientar o uso e ocupação do solo, por meio de macrozoneamento, em especial nas áreas de expansão urbana, buscando a compatibilidade das necessidades econômicas e sociais;
- Fomentar e incentivar o aprimoramento de entidades de gestão metropolitana, buscando implementar uma agenda de melhoria do transporte público, do abastecimento de água, do esgotamento sanitário, do manejo das águas pluviais e dos resíduos sólidos, do aperfeiçoamento do uso do solo e controle urbanístico, do desenvolvimento econômico metropolitano equilibrado e sustentável;

- Implementar o Programa de Habitação Popular – Nova Casa (conforme lei estadual de 2010), articulado com um processo de planejamento que integre a habitação à cidade, para evitar a “periferização” dos programas habitacionais;
- Garantir uma política de investimentos permanente que garantam acesso à moradia digna e aos serviços urbanos essenciais, em especial de saneamento básico e transporte público, priorizando a inclusão socioespacial dos assentamentos informais, especialmente das favelas nas regiões metropolitanas;
- Executar projetos de regularização fundiária em áreas urbanas, com diálogo e participação das comunidades envolvidas;
 - Construir uma rede articulada de parques naturais em todas as regiões do estado, criando anéis turísticos para proteger as nossas maiores riquezas da especulação imobiliária;
- Construir 21 usinas de asfalto ou materiais sustentáveis por meio de convênios e/ou consórcios municipais;
- Ampliar a coleta e o tratamento de esgoto sanitário nos municípios e aperfeiçoar a legislação estadual de recursos hídricos, visando o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas;
- Potencializar consórcios de saneamento básico com base em tecnologia social, como o que ocorre em Descanso e em outros municípios catarinenses.

Investir em energia, comunicação e meio ambiente

- Ampliar a infraestrutura de energia trifásica no meio rural, oferecendo melhor qualidade e maior potência (evitar quedas de energia);
- Garantir uma infraestrutura básica de telecomunicações capaz de atender os pequenos municípios que não dispõem de banda larga e nem mesmo de sinal de celular no meio rural;
- Concluir a elaboração do mapa eólico e das PCH de SC e aproveitar potencial energético (hídrica, eólica, solar) através de pequenos geradores, cooperativas etc;
- Promover um Programa de Captação e Armazenamento de Água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo (cisternas, etc.);
- Constituir um programa de mapeamento e gerenciamento de riscos com base no Atlas de Desastres e na memória das vítimas;
- Fortalecer o Sistema Estadual de Defesa Civil (SIEDC), mediante integração das ações entre o Estado, os municípios, as entidades privadas e as organizações sociais;

Promover a diversidade cultural e o turismo regional

- Reconhecer as atividades artísticas, culturais e turísticas de todas as regiões do estado, para revelar a diversidade de serviços e produtos, assim como os recursos naturais e suas singularidades regionais;

- Elaborar programas artísticos, culturais e turísticos para valorizar a produção dos homens e mulheres que trabalham no campo a fim de diminuir o êxodo rural;
- Construir, reformar e modernizar os equipamentos para a organização de eventos no interior do estado - as famosas "arenas multiusos";
- Incentivar a adesão e difundir o programa Mercocidades em todos os municípios catarinenses, principalmente nos municípios localizados na Faixa de Fronteira com a Argentina.

3. Expansão das políticas públicas e fortalecimento do pacto federativo

Embora o nosso Plano de Governo seja estadual vamos propor um debate público, federativo e republicano, com a participação de lideranças e organizações políticas, sindicais – patronais e de trabalhadores - e diferentes movimentos sociais de Santa Catarina, sobre a proposta de emenda constitucional, conhecida como "a PEC da maldade", que congelou os investimentos sociais no Brasil – principalmente nas áreas da saúde e da educação - por 20 anos e que prejudica de forma cruel a população do nosso estado. Esta política foi proposta pelo governo Temer e teve o apoio do atual governador de Santa Catarina e de alguns parlamentares eleitos pelo povo catarinense. Ela está voltada para favorecer apenas três segmentos: os empresários, os banqueiros e os credores internacionais.

Políticas públicas para a segurança

- Expandir os serviços na área de segurança pública, com a criação do Sistema Único de Segurança Pública de Santa Catarina – SUSP SC, investindo em inteligência, contingente e equipamentos, para proteção e prevenção da população;
- Fortalecer, apoiar e valorizar os profissionais de segurança pública;
- Realizar concurso na área de segurança pública, Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros (Santa Catarina tem um policial para cada 750 habitantes, e a ONU recomenda um para 250 habitantes);
- Renovar permanentemente a frota de viaturas e as armas e equipamentos policiais, bem como disseminar as ações de prevenção combinadas com o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD);
- Mapear e monitorar semanalmente os territórios dominados pelo crime organizado, aumentar as ações policiais para reduzir os indicadores da violência e melhorar o atendimento à população, por meio da promoção dos direitos humanos e do diálogo permanente com as comunidades;
- Combater o tráfico e o feminicídio, que crescem de forma assustadora em todas as regiões do estado;

- Combater o crime organizado, sem eleger áreas sociais e grupos culturais como suspeitos de produzir a violência;
- Defender os Direitos Humanos e as políticas de proteção e defesa da juventude negra, das mulheres, da comunidade LGBT, dos indígenas e dos grupos vulneráveis da população catarinense;
- Combater e erradicar o genocídio da juventude negra, por meio de políticas de prevenção, mapeamento das áreas de riscos sociais e de violência nas periferias das cidades, monitoramento, humanização das abordagens policiais e de programas educacionais;
- Reduzir os homicídios dolosos, feminicídios e a violência contra a mulher;
- Promover políticas públicas para a juventude, especialmente para os jovens que abandonam o Ensino Médio, para incorporá-los e incluí-los socialmente;
- Urbanizar e iluminar as áreas de risco, praças e ruas públicas, para dificultar a ação criminosa;
- Ampliar a rede de câmeras de monitoramento nas áreas de maior incidência de assaltos, roubos e violências;
- Modernizar e otimizar o sistema penitenciário;
- Ampliar significativamente as vagas nos presídios, uma vez que Santa Catarina possui 17 mil vagas nas penitenciárias, para uma população carcerária de 21 mil;
- Fomentar a produção de mão de obra prisional para o desenvolvimento econômico regional, recuperação e ressocialização dos apenados e diminuir os impactos sociais em municípios sede de prisões;
- Elaborar políticas que combinem ações repressivas de segurança com políticas de inclusão social.

Políticas públicas para a educação

- Cumprir o art. 212 da Constituição e aplicar anualmente 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- Valorizar as profissionais da educação básica com a garantia de melhores salários, melhores condições de trabalho, garantia da carreira e de formação inicial e continuada com o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional;
- Reformular o plano de cargos e salários com valorização da carreira, incluindo os professores aposentados;
- Realizar concurso de ingresso para ocupar as vagas excedentes e rever a política de seleção e de contratação de Admissão de professores em Caráter Temporário (ACT) para garantir um quadro permanente na escola com o objetivo de desenvolver com mais eficiência o PPP em interação com a comunidade escolar;

- Ampliação e democratização da distribuição de bolsas de mestrado e doutorado para professores da rede pública, garantindo a licença remunerada durante o período dos cursos, sem prejuízo funcional;
- Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes conclua essa etapa na idade recomendada;
- Universalizar, até 2020, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade e elevar, até o final do governo a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento);
- Universalizar, para o público da educação especial de quatro a 17 anos de idade, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados;
- Aparelhar e equipar as Salas de Informática das escolas estaduais, disponibilizar banda larga de boa qualidade em todas as regiões do estado e contratar professores para a área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;
- Democratizar a gestão das escolas públicas estaduais;
- Debater o modelo de educação e as responsabilidades de cada ente federativo (ensino municipal, estadual e federal);
- Diminuir a evasão escolar no Ensino Médio, garantindo bolsa escola e estágio remunerado (64 mil crianças e adolescentes, sendo que Florianópolis possui a maior taxa de evasão escolar, com 7 mil alunos fora da sala de aula);
- Ampliar a jornada escolar para turno integral, implementando-a de forma gradativa, até atingir 40% da rede pública, conforme previsto no Plano Estadual de Educação;
- Destinar recursos diretamente para as escolas para custear as despesas diárias de manutenção e conservação escolar;
- Elaborar um plano para reformar, ampliar e modernizar as escolas, eliminando definitivamente o sucateamento da rede física;
- Retomar junto ao governo federal a reforma e construção de creches em todas as regiões do estado;
- Atender a demanda reprimida dos Centros de Educação Profissional - CEDUP's, e reabrir as matrículas canceladas onde se fizer necessário;
- Cumprir com artigo 170 da Constituição Estadual em relação aos investimentos na Educação Superior (em 2017 o governo repassou 65 milhões e deixou de repassar 230 milhões. Em sete anos deixou de repassar um bilhão em bolsas);
- Ampliar a interiorização da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) com a oferta de cursos de acordo com a necessidade da região;

- Fortalecer e expandir a Udesc e a Fapesc com investimentos em pesquisa e inovação para gerar novas matrizes econômicas em SC com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- Reabrir e equipar as escolas rurais que foram fechadas nas comunidades do interior do Estado;
- Retomar o ensino noturno nas escolas estaduais que cancelaram a oferta;
- Fazer valer a lei do segundo professor para o atendimento a alunos deficientes;
- Cumprir com a legislação quanto aos produtos que devem compor o cardápio saudável da merenda escolar, inclusive na compra de, no mínimo, 30% de alimentos da agricultura familiar;
- Defender e ampliar as políticas que garantam a assistência estudantil;
- Manter e reforçar os programas já assumidos com os municípios, a exemplo do transporte escolar, entre outros;
- Equipar as bibliotecas das escolas e disponibilizar um Portal da Escola, com informações, conteúdos e instruções pedagógicas na internet;
- Propor a realização de projetos de "Escolas Promotoras de Saúde", focado nos professores, servidores e alunos, promover o acesso a cultura, esporte, e fortalecer habilidades para a vida, cidadania e a melhoria da qualidade de vida das comunidades;
- Incluir aulas de arte e de cultura nos currículos escolares, como base para desenvolvimento humano e reconhecimento da cultura regional e universal;
- Construir e reformar espaços destinados à prática de esportes, como ginásios e quadras esportivas;
- Formação dos educadores e das educadoras para uma educação não racista, não sexista e não homofóbica;
- Honrar o artigo 170 da Constituição Estadual e fortalecer as universidades comunitárias do sistema ACAFE, mantendo 90% das bolsas do referido artigo.

Políticas públicas para a saúde

- Criar o Sistema Único de Saúde Catarinense – SUSSC - para a integração das unidades de saúde dos 295 municípios do estado e das filantrópicas;
- Equipar os hospitais regionais e fornecer atendimento de média e alta complexidade nas regiões onde estes serviços não são oferecidos;
- Acabar com as filas e produzir uma gestão justa e igualitária para o povo catarinense (atualmente, 500 mil pessoas estão na fila de espera por um atendimento);
- Equacionar e resolver o problema da dívida criada pelos últimos governos da Tríplice Aliança na área da saúde (num total de um bilhão de reais, 500 mil reais são dívidas com os hospitais e os outros 500 mil com fornecedores e equipamentos);

- Estimular a ida de médicos para o interior do estado (Florianópolis detém $\frac{1}{3}$ dos médicos colocados à disposição pelo Estado, seguida pelo município de São José, com 19%, Joinville, 15% e Lages com 5%);
- Reduzir a taxa de mortalidade infantil nas regiões de São Lourenço do Oeste (18,39%), Lages (17,06%), Rio do Sul (16,54%), Campos Novos (16,49%), Curitibanos (16,47%) dentre outras cidades do interior, cujo índices estão acima da média estadual (10,40%);
- Diminuir a judicialização da saúde em Santa Catarina, pois o Estado nega o atendimento e acaba perdendo as ações na justiça (em 2017 pagou em torno de 150 milhões);
- Criar 179 leitos de UTI neonatal, para atingir recomendação do MS de 4 leitos p/ cada 1 mil nascidos vivos;
- Recuperar e fortalecer a rede de emergência do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) como unidade de socorro, devolvendo a sua autonomia e melhorar a gestão pública do serviço;
- Acabar com a “ambulancioterapia” de forma gradual e progressiva, priorizando o decreto 7.508 que definiu 14 regiões e redes de atenção;
- Implementar projetos relacionados à Rede de Saúde Mental e Atenção Psicossocial (RAPS) em todas as regiões do estado, envolvendo os CAPS II, CAPS ad, CAPS i, CAPS 24h, Residenciais Terapêuticos, NASF, etc;
- Implantar políticas de prevenção e tratamento aos usuários de álcool e outras drogas (crack, etc.), criando redes de incorporação social para a população em situação de rua;
- Criar e priorizar as políticas públicas de prevenção da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras catarinenses, sem nenhum tipo de discriminação social.

Políticas públicas para a Assistência Social

- Regulamentar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no estado, juntamente com a regulamentação do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). Atualmente há um entrave para regimes de colaboração entre estado e municípios, na ausência de uma definição transparente das responsabilidades de cada esfera;
- Garantir os recursos orçamentários para o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), objetivando a manutenção e financiamento dos serviços de Proteção Básica e Especial;
- Realização de diagnóstico das demandas dos municípios para implementação/expansão dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e consórcios microrregionais;

- Acabar com o “primeiro damismo”, desvinculando a Assistência Social às práticas assistencialistas e clientelistas, com a prevalência de gestores com condições técnicas de efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Alocação de recursos financeiros para manutenção e estruturação do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS);
- Combater ao trabalho escravo e infantil, na perspectiva de sua erradicação;
- Cumprimento das garantias constitucionais aos portadores de necessidades especiais;
- Combater todo tipo de precarização e discriminação no trabalho, sobretudo as de gênero, raça, geração e deficiência;

Políticas públicas para as mulheres

- Criar a Secretaria Especial de Mulheres com a atribuição de promoção das políticas públicas de gênero, considerando as especificidades de raça, etnia, de orientação sexual, geracional e religiosidade para as diferentes populações;
- Prevenir a violência sexual e doméstica, fortalecendo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher, com ações que articulem prevenção e apoio às vítimas, em parceria com os municípios;
- Montar Delegacias da Mulher em todas as regiões do Estado, abertas 24 horas e com profissionais especializados as vítimas de violência contra mulheres;
- Criar Centros de Referência Regionais para Atendimento às Famílias Vítimas de Violência;
- Montar uma Rede Integrada de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência com o envolvimento de todas as áreas do governo;
- Criar mecanismos que possam proteger e dar garantias às mulheres vítimas de assédio sexual;
- Implantar Centros de Parto Normal / Casas de Parto, no mínimo, em seis grandes regiões do estado;
- Garantir assistência às gestantes, com pré-natal e vinculação às maternidades;
- Incentivar a assistência ao parto humanizado e ao recém-nascido;
- Elaborar políticas de formação, emprego e renda para as mulheres catarinenses, como condição para acessarem o mercado de trabalho de forma igualitária;
- Incentivar e apoiar a criação de creches em tempo integral nos municípios.

Políticas públicas para a comunidade LGBT

- Implementar a Política Estadual LGBT, em consonância com as deliberações das 1ª, 2ª e 3ª Conferências Estaduais e Nacional LGBT, com as devidas atualizações;
- Criar o Conselho Estadual LGBT (instrumento de participação e controle social sobre as políticas públicas LGBT);

- Criar uma Coordenação Estadual LGBT (órgão articulador e executor de políticas públicas LGBT);
- Propor, criar e implementar rede de prevenção e proteção contra violência para pessoas LGBT e com equipamentos de referência e casas de apoio, tais como os Centros de Cidadania LGBT, com advogados, assistentes sociais e psicólogos para acolher vítimas de discriminação e violências (físicas, verbais e/ou simbólicas) em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero, real ou atribuída;
- Propor, criar e implementar rede de atenção à saúde da população LGBT, em especial de referência e contrarreferência na saúde das pessoas trans, travestis e intersexuais, conforme as diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT. Ainda no âmbito da saúde pública, intensificar e mobilizar os esforços de todos os atores interessados para a prevenção e assistência ao HIV-AIDS e Hepatites Virais;
- Criar, propor, elaborar orçamento para promoção da Cidadania LGBT (dotação orçamentária no PPA, LDO e LOA para políticas públicas LGBT);
- Promover e fortalecer a atenção à população LGBT nos serviços públicos, por meio da capacitação de agentes públicos e divulgação de campanhas de respeito à identidade de gênero e orientação sexual;
- Propor, realizar, articular e apoiar eventos, seminários, audiências públicas para debater a promoção da cidadania das pessoas LGBT;
- Propor, realizar, apoiar campanhas de conscientização sobre orientação sexual e identidade de gênero como essenciais à dignidade humana de cada pessoa e que não devem ser motivo de discriminação ou qualquer outro tipo de abuso, sob a justificativa da liberdade de expressão;
- Implementar programas educacionais a fim de promover a equidade étnico-racial e de gênero em todas as fases do ensino;
- Realizar linhas de financiamento público para iniciativas da sociedade civil de enfrentamento a discriminação e a violência contra LGBT e de promoção da cidadania dessa população.

Políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial

- Estruturação de uma Secretaria Estadual de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial;
- Realizar, com urgência, uma nova Conferência de Promoção da Igualdade Racial (COEPIR) em Santa Catarina, para um balanço da falta de implementação pelo Governo do Estado das políticas deliberadas desde a terceira conferência, realizada em 2013;
- Orientar e implementar as ações de governo com base no Estatuto da Igualdade Racial, na Lei de Cotas aprovada por unanimidade pelo STF em 2012, na Lei

10.639/03 e 11.645/08 que alteram a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e outros instrumentos com força legal;

- Efetivar e monitorar o cumprimento dos dispostos nas Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 em todas as etapas da Educação Básica e também no Ensino Superior, nas redes pública e privada, quanto à obrigatoriedade do ensino da história e cultura da África, do povo afro-brasileiro e dos povos indígenas, promovendo debates, palestras, confecção de material pedagógico e outras medidas que fomentem discussões sobre igualdade racial, diversidades étnico-racial, religiosa e de gênero, como forma de combate ao racismo, intolerância religiosa e todas as formas de discriminação;
- Promover o fortalecimento das políticas afirmativas de acesso e permanência no Ensino Superior (universidades Estaduais, públicas e privadas) para a população negra e quilombola;
- Fomentar o empreendedorismo e cooperativismo das populações negras e quilombolas, por meio da concessão de linhas de crédito e microcrédito; estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas; oferta de formação na área do empreendedorismo; realização de feiras culturais e de comercialização de produtos; assessoria; incentivos fiscais e tributários; e medidas de apoio à agricultura familiar, estimulando, assim, o desenvolvimento sustentável e a economia criativa e solidária praticada por essas populações.
- Garantir cotas (reserva de vagas) nos concursos públicos para a população negra para todos os cargos do serviço público, na administração direta e indireta, assegurando seu cumprimento e fiscalização através de Comissões de Validação da autodeclaração racial.
- Garantir a efetivação da política de saúde integral para mulher negra e quilombolas, mulheres em situação de cárcere e mulheres trans e travestis, em todos os serviços da rede pública;
- Ofertar formação inicial, continuada e permanente para os profissionais das diferentes áreas dos serviços públicos sobre temas relacionados à população negra, de modo a prevenir o racismo institucional e garantir o acesso igualitário à rede de serviços;
- Garantir a implementação de uma Política Estadual de Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Quilombolas, com o objetivo de enfrentar as ameaças a esses territórios e promover seu desenvolvimento sustentável;
- Garantir educação, moradia, saneamento básico e saúde para as comunidades quilombolas, respeitando os aspectos sociais e culturais dessas comunidades;
- Garantir incentivos à produção e à comercialização da agricultura familiar quilombola;
- Atuar para a regularização das áreas rural e urbana das comunidades quilombolas

em SC;

- Preservar a memória das culturas quilombolas e de comunidades de terreiros, com foco em formação, preservação da língua, culinária, música, religiosidades, dança e demais saberes e manifestações culturais; Criar espaços em museus, centros de estudos e outros pontos de memória;
- Garantir a liberdade de expressão e os direitos das tradições religiosas de matrizes africana e afro-brasileira.

Políticas públicas para os povos indígenas

- Implantar planos, programas e ações voltados para a proteção, a promoção, o fortalecimento e a valorização das culturas dos povos indígenas no estado de Santa Catarina;
- Incentivar os processos tradicionais de transmissão de saberes e práticas entre os povos indígenas, de modo a promover o reconhecimento dos métodos e processos educativos tradicionais e valorizar os sábios indígenas (Xamãs, contadores de histórias, parteiras, cantores, etc.) e dos anciãos como detentores de conhecimentos e da memória viva das suas comunidades;
- Desenvolver ações de proteção e promoção da utilização das línguas indígenas;
- Criar espaços para o diálogo e a troca de experiências entre os povos indígenas;
- Informar a sociedade não indígena sobre as contribuições dos povos indígenas;
- Apoiar a rede de escolas indígenas e criar novas escolas e casas de reza;
- Oferecer oficinas de inclusão digital para as comunidades indígenas, garantindo-lhes acesso à tecnologia de informação e comunicação para registro da sua cultura a partir da sua cosmovisão de mundo.

Políticas públicas para a juventude

- Promover ações combinadas entre as políticas de educação, arte e cultura, visando incidir diretamente na geração de trabalho, emprego e renda para a juventude, assim como na qualidade de vida e no combate aos diferentes tipos de violência;
- Assegurar as políticas de ações afirmativas, particularmente no acesso ao ensino profissionalizante, ensino superior e ao mercado de trabalho;
- Assegurar ações voltadas para a segurança pública da juventude, bem como intensificar as políticas de cultura e lazer para juventude negra e indígena;
- Fomentar a criação de conselhos municipais de juventude e da realização de conferências municipais, regionais e estadual da juventude, como espaço de consulta e de diálogo com os poderes executivo, legislativo e judiciário;
- Promover Festivais Regionais da Juventude (de arte, cultura, esporte e lazer) para promover e valorizar iniciativas que sirvam para estimular o seu potencial, no sentido de reconhecer, pensar e agir de acordo com a realidade de cada território;

- Criar o programa Jovem Empreendedor SC para preparar os jovens de todas as regiões para iniciar o seu próprio negócio e gerar mais trabalho, emprego e renda;
- Criar o programa Primeiro Emprego SC para auxiliar a inserção do jovem no mercado formal de trabalho;
- Implementar um sistema de estágios comunitários remunerados, combinados com o estímulo à formação educacional completa.

Políticas públicas para a cultura

- Fortalecer o papel da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) como órgão executor da política de apoio à cultura no Estado de Santa Catarina;
- Organizar, com urgência, uma nova Conferência Estadual de Cultura, reunindo amplos setores da cultura e das artes e elaborar o plano de políticas para os próximos quatro anos;
- Regulamentar o Sistema Estadual de Cultura e implementar todos os seus componentes;
- Promover a adesão dos municípios catarinenses ao Sistema Estadual de Cultura, com a criação dos Conselhos, dos Planos e dos Fundos Municipais de Cultura;
- Transferir recursos por meio de repasses fundo a fundo: do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura (Funcultural) aos municípios com Conselho, Plano e Fundo instituídos;
- Reconhecer a importância e a autonomia do Conselho Estadual de Cultura;
- Ampliar gradualmente os investimentos na área da cultura, nos próximos quatro anos, até atingir 1% do orçamento do Estado;
- Implantar um novo Sistema Estadual de Financiamento, reestruturar o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura e aprovar outras formas de financiamento público/privado;
- Implementar um Sistema de Informações e Indicadores Culturais;
- Implantar um Programa Estadual de Formação e Qualificação na Área Cultural para agentes públicos e privados;
- Lançar anualmente o Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura e o Prêmio Catarinense de Cinema;
- Criar novos editais e aperfeiçoar os existentes para o reconhecimento e a promoção da diversidade artística e cultural de Santa Catarina. Valorização das artes, da memória e das festas populares, por meio de diferentes linguagens – tradicionais e contemporâneas (eletrônicas, digitais, etc.);
- Aprovar e implementar o Programa Cultura Viva, para reconhecer e dar visibilidade ao trabalho dos artistas, produtores, mestres e coletivos culturais;
- Implantar o Vale Cultura por meio de incentivos fiscais para as empresas;
- Apoiar a realização de festivais de cinema, teatro, música, dança, gastronomia e outras manifestações artísticas e culturais;

- Investir da preservação da memória do nosso estado, através dos museus, da literatura, da dança, do teatro, da música, do artesanato e de outras expressões culturais;
- Promover o intercâmbio das expressões artísticas e culturais do Estado entre os municípios catarinenses, com outros estados e com outros países.

Políticas públicas para o esporte

- Articular programas de esporte e lazer com iniciativas de promoção da educação, da saúde e da segurança, promovendo convênios e parcerias com os municípios;
- Apoiar, incondicionalmente, os Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), por intermédio da Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE);
- Criar o programa "Bolsa Atleta" como forma de dar ao atleta condições para que se dedique ao treinamento esportivo e participe de competições, com vistas ao desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva.

Políticas públicas para o meio ambiente e as mudanças climáticas

- Reduzir a taxa de desmatamento anual no Estado;
- Avançar com a política de uso sustentável e valorização da biodiversidade e dos serviços ambientais;
- Promoção da educação ambiental de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal;
- Ampliação e fortalecimento do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SEMA), visando implantação efetiva dos instrumentos e medidas da política ambiental como condição para o uso conservacionista dos recursos naturais e para o desenvolvimento sustentável;
- Fortalecimento da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FATMA), em médio prazo, mediante ampliação e aprimoramento da sua estrutura, valorização do quadro funcional e aumento da capacidade operacional em termos de licenciamento e fiscalização;
- Aumentar, em curto prazo, a dotação orçamentária estadual voltada às ações ambientais, juntamente, dos fundos estaduais voltados ao meio ambiente (FEPEMA, FECAD, FMUC, FEPSA);
- Consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), mediante implantação e gestão efetiva das Unidades de Conservação (UC) existentes;
- Incentivo ao manejo florestal sustentável como instrumento de uso econômico de remanescentes florestais enquadrados sob a forma de reserva legal (RL), Áreas de Preservação Permanente (APP) e servidão ambiental;

- Elaborar, em médio prazo, um “Plano Estratégico Estadual de Áreas Protegidas”, prevendo ampliar a extensão legalmente protegida através da criação de novas UC e corredores ecológicos em zonas prioritárias;
- Elaborar e implementar, em parceria com organizações privadas e não governamentais, um “Plano Estadual de Valorização da Mata Atlântica”;
- Implementar o Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina, junto com as organizações públicas e privadas, para melhorar a gestão hídrica em todas as regiões do estado, no que se refere ao planejamento e controle adequado do uso da água, e estabelecer novas políticas de proteção dos recursos naturais;
- Estabelecer um plano estadual com metas para a redução (progressiva) do uso de agrotóxicos e de seus impactos e incentivar o desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos;
- Ampliar/aprofundar o conhecimento sobre mudanças climáticas e desastres naturais mediante estudos e pesquisas voltadas às realidades locais/regionais.
- Implementar, em médio e longo prazo, a Política Estadual de Mudanças Climáticas.

4. Melhoria da qualidade de vida nas cidades, no meio rural e na orla marítima

- Proteger e defender a produção, a memória e as riquezas naturais de Santa Catarina;
- Ampliar as parcerias com os municípios e suas associações, assim com as demais organizações representativas catarinenses, visando construir um ambiente favorável para a promoção e desenvolvimento sustentável da indústria e da agricultura nos espaços rurais e urbanos;
 - Desenvolver um programa de incentivo à alimentação saudável nas cidades, envolvendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os conselhos de merenda escolar com alimentos orgânicos locais e regionais;
 - Promover campanhas educativas para a mudança das práticas de produção e de consumo, no campo e nas cidades, valorizando os alimentos, os produtos, os saberes e os fazeres regionais;
 - Promover campanhas para a educação dos descartes de alimentos, de aparelhos eletrônicos e de embalagens poluentes e não poluentes;
 - Estabelecer um plano estadual com metas para a redução (progressiva) do uso de agrotóxicos e de seus impactos e incentivar o desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos;
 - Implantar um Plano de Aquisição de Alimentos (PAA) estadual com a meta de atingir 100% de alimentos sem agrotóxico e políticas de incentivo à alimentação saudável e à produção local/regional;

- Elaborar uma consistente política pública de educação alimentar e ambiental, que perpassse todas as políticas públicas de atuação do Estado junto à sociedade catarinense;
- Elaborar um plano para uso social e turístico sustentável nas nossas reservas naturais;
- Formular uma política estadual de prevenção de riscos naturais e/ou causados por produtos químicos;
- Buscar alternativas negociadas para realizar a remoção de ocupações habitacionais localizadas em áreas de risco, nas cidades, no meio rural e na orla marítima;
- Reconhecer e promover o trabalho dos pesquisadores, artistas, produtores, mestres e coletivos culturais para gerar trabalho, emprego e renda, além de elevar a autoestima do povo catarinense.

5. Gestão democrática e promoção de valores republicanos

- Implantar a Sala de Gestão para o planejamento e gestão estratégica de médio e de longo prazo;
- Implantar o Sistema Estadual de Participação - digital e presencial - que reconheça as organizações existentes nas diferentes regiões do estado e que dialogue com novas instâncias de participação, para a tomada de decisões sobre o orçamento, o PPA, a LOA, com a definição de prioridades e administração de conflitos de interesses;
- Fortalecer a autonomia dos Conselhos de Direitos e ampliar o diálogo com setores empresariais, os movimentos sociais, a academia e os demais poderes;
- Integrar a gestão dos projetos, planos e programas com a comunicação oficial do Estado, para garantir a transparência dos investimentos e das decisões;
- Transformar o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (Ciasc) numa empresa gestora de tecnologia com plena capacidade de apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado;
- Fortalecer e promover os serviços prestados pela Celesc, Cidasc, Epagri, Fapesc, Ciasc, Casan e Udesc, entre outras áreas;
- Promover pesquisas para avaliação das políticas públicas, via Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina/Fapesc e universidades);
- Buscar recursos dos fundos setoriais (FUST e FUNTEL) para capacitação e implantação da rede estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Estruturar e difundir no estado a proposta de Governo Eletrônico (estadual e municipal) como instrumento de democracia, transparência e busca de mais eficiência e eficácia das políticas públicas;
- Criar uma Central de Compras para controlar as despesas do Estado, evitar o desperdício e redirecionar esses valores para novas políticas de investimentos;

- Questionar Lei Complementar nº 662/2015 que extinguiu o Fundo Previdenciário (que contava com recursos no montante de R\$ 732,9 milhões) e incorporando-o ao Fundo Financeiro. Essa situação motivou restrições à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária;
- Pactuar com os demais Poderes do Estado a economia de recursos relativos ao “duodécimo” no sentido de direcionar mais valores para áreas sociais, como o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de SC, conforme previsto em lei;
- Auditar os motivos dos principais riscos fiscais do Estado (em 2017 totalizaram R\$ 11,74 bilhões);
 - Melhorar o Portal do Governo do Estado, com dados mais transparentes e com mais informações sobre os projetos, os investimentos e os serviços do Estado;
 - Priorizar ações de prevenção à corrupção, especialmente quanto ao permanente incremento da transparência pública e do controle social;
 - Desenvolver o aplicativo **Governo em Suas Mãos**, para *smartphones*, *tablets* e computadores;
 - Democratizar e regulamentar dos investimentos na área de comunicação do poder executivo e das empresas públicas para abranger a diversidade regional (incluindo as mídias alternativas, rádios comunitárias e independentes) e impedir que os gastos públicos reforcem a concentração desses recursos;
- Combater todos os tipos de preconceitos, de intolerâncias, de abusos e de privilégios nos serviços públicos estaduais;
 - Fortalecer os órgãos públicos estaduais e estabelecer novas relações que valorizem as servidoras e os servidores.



Presidente Estadual do PT

Dep. Federal Décio Lima

Coordenador do Plano de Governo

Dep. Federal Pedro Uczai

GT do Plano de Governo

Carlito Merss

Felipe Damo

José Roberto Paludo

Juliano Giassi Goularti

Luis Sérgio Gomes da Silva

Marta Vanelli

Revisão das propostas e redação final:

Ricardo Almeida

Direção do PT SC agradece às centenas de militantes dos movimentos sociais, acadêmicos, técnicos, gestores públicos e dirigentes partidários que participaram das várias etapas de construção deste Plano de Governo, desde as conferências, os seminários regionais e os grupos de trabalhos (presencias e virtuais). Novas contribuições serão sempre bem vindas!